

Mídia digital¹

por
S.Squirra
2006

A reflexão atenta sobre a dimensão e significado do título revela que tal espectro é amplo e fortemente múltiplo, principalmente se o recortarmos com olhar sobre suas dimensões teóricas ou nas suas configurações tecnológicas. Além disso, o universo se amplia gigantesca e quando o conceito é colocado no plural. Pela abrangência das suas potencialidades e inovações, percebe-se que tal assunto vem recebendo a atenção de muitos pesquisadores² e organizações. No geral, constata-se que as enormes possibilidades tecnológicas de barateamento e miniaturização de produtos, de uma forma ou outra, desencadearam expressivos processos de adesão humana (pelo custo e sedução de performance), provocando movimento de inserção na sociedade e de mudanças de paradigmas de cultura e entretenimento. Este fluxo tecnológico novo (diferente daqueles do passado) é de difícil formatação para a precisa definição e entendimento de suas abrangências sociais, especialidades tecnológicas nas interfaces com a comunicação³ e de formação de quadros para a atuação na área⁴.

Os inúmeros recursos (gadgets) do presente fazem com que o ser humano tenha à disposição, num único dia, volume infinitamente maior de acesso às fontes de conhecimento que seus antecessores tiveram durante todas suas vidas. Dessa forma, consciente ou inconscientemente, as pessoas acessam hoje, de forma inesgotável, mais e mais informações sobre si mesmos e sobre o mundo em que vivem do que em qualquer outro momento da história da humanidade. Para aninhar essa insaciável voracidade de acesso, nas últimas décadas, inimagináveis descobertas tecnologias eletrônicas têm tornado possíveis as antes impensáveis formas de combinação, processamento e distribuição de dados. As tecnologias digitais vêm incrementando, em velocidade estonteante a cultura, mas sobretudo o mundo dos negócios tanto nos modelos clássicos de compra e venda, mas sobretudo nas

¹ Texto publicado no livro **Mídia cidadã – Utopia brasileira**, organizado por José Marques de Melo, Editora Metodista, São Bernardo do Campo, 2006, p.215-221

² Abordei especificamente o tema sob este enfoque no texto Convergência tecnológica que foi publicado pela Revista da Famecos da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, na edição de Agosto de 2005, p. 79-85.

³ O Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de S.Paulo aninha Grupo de Pesquisa em Comunicações e Tecnologias Digitais para o estudo deste tipo de recorte (ver em www.comtec.pro.br)

⁴ A Faculdade de Comunicação Multimídia da UMEP implantou curso de graduação em Mídias Digitais baseado no tripé Comunicações/Tecnologia/Artes visando atender tal demanda de habilitação (ver em www.metodista.br/principal/graduacao/mdigitais/index.php)

moderníssimas formas de trocas de informação, armazenamento, controle, vendas, suprimentos, atendimento, fornecimento escalonado etc.

No final do século passado pesquisadores diagnosticavam que um jovem estaria recebendo o dobro de ofertas em aparelhos tecnológicos que seus pais, quando estes eram jovens. Outros concluíam que quando tivesse cerca de 30 anos, esse jovem tornaria a dobrar o volume e, que aos 70 anos, estaria experimentando 5 vezes o incremento das ofertas. É possível dizer que este cenário, anos atrás imaginado como “do futuro”, está presente nos dias atuais em muitos lares e empresas em várias partes do mundo. Todavia, integra principalmente parte expressiva do universo do mundo rico e de lares abastados, justamente aquele já acostumado com as demais formas midiáticas.

Apesar disso, constata-se a inevitável necessidade de inserção no terreno tecnológico de todos os que almejam participar da divisão da riqueza humana⁵. E este é o âmago da análise de André Barbosa: como incluir os desprovidos de acesso aos bens sociais, focadamente os digitais? Pondero que esta é uma questão antiga e persistente (e mesmo dolorosa), mas não necessariamente exclusiva do cenário de acesso e usufruto dos bens comunicacionais modernos. Pois como falar de inclusão digital quando os ciclos de atendimento das esferas habitacional, educacional, alimentar, de saúde, previdência (para ficar só nestas) não foram completadas em muitas partes do globo? E, neste quesito, o “cenário humano caótico e injusto” a que Barbosa se refere meio que justifica o “distanciamento social” e o “enorme vazio entre os grupos de incluídos e excluídos”. Sim, e pedindo desculpas pelo “pessimismo” da posição, adianto que isto é inescapável e de remota solução, requerendo esforços enormes de todos os atores envolvidos. A não ser que baixe numa destas regiões um ser messiânico com poderes ainda não encontrados e disposição suprema para desafiar e enfrentar o que sinteticamente poder-se-ia chamar de “o sistema”⁶ (diplomático, econômico, financeiro, tecnológico etc). Concretamente, esta luta é desigual, fazendo com que não se perceba reversão nesta relação, pois, ano após ano, percebe-se que aumenta o número de bilionários -e conseqüentemente, o de pobres- em todos os cantos do planeta. Inclusive no Brasil. Assim, entendo ser inescapável que os pesquisadores da área da comunicação incluam nas suas reflexões e estudos espaços para a abordagem do mundo dos negócios e, sobretudo, da tecnologia e suas relações com as distintas formas dos poderes econômicos e políticos, num esforço para abrir “brechas” inserindo os

⁵ O Fórum Econômico Mundial revelou que o Brasil caiu de 39º. para 46º. no ranking da tecnologia mundial (de 104 países analisados), conforme relatado na Folha de S.Paulo, Dinheiro, 10.03.2005, p. B-5

⁶ Neste sentido, é frutífera a leitura do texto Sociedades secretas - O plano oculto de dominação mundial – Bildberg (II), na Revista Humanus - Anuário Cultural 2002, ano III, p.59-63. A Revista Humanus é publicada anualmente pela Sama Multimídia Educação e Arte (www.samamultimidia.com.br)

posicionamentos da área nestas esferas de poder. No país e principalmente fora dele.

Estimulados por este “ponto de referência”, podemos entender por que nosso país pratica “extrema concentração” no uso dos bens tecnológicos, sobretudo a Internet, uma vez “apenas 11,4% dos domicílios brasileiros tinha um computador com acesso à internet em 2003”. Afinal, para ter computador em casa (e, além disso, acesso à internet) é necessário ter padrão de vida com qualidade cultural e estabilidade financeira, onde se pressupõe outros recursos básicos estejam plenamente atendidos (luz elétrica, linha telefônica, cultura informatizada etc). Destaco ainda que é necessário ter predicados específicos (que, de cara, eliminam contingentes populacionais expressivos), entre eles, a imprescindível condição de ser alfabetizado (sim, no domínio mínimo dos recursos técnicos da língua) e ter certa capacidade de abstração (a chamada “alfabetização digital”). E isto é coisa para os segmentos sociais mais abastados⁷ que, tradicionalmente, já tinham acesso a inúmeras outras formas de produtos comunicacionais.

Ao apontar as razões para mudar esta situação, Barbosa indica a necessidade de “implantação de estruturas em rede nas regiões de difícil acesso”, concluindo pela indicação da “falta de telefones públicos”, nas distantiíssimas regiões deste enorme país, como o interior da Amazônia, por exemplo. Na abordagem do primeiro entrave, o autor indica como outras nações agem, revelando que na maioria dos casos são os governos que, ou legislam, ou subsidiam recursos para tal limitação, lembrando que em nosso país, o governo criou o FUST-Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. O FUST, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso através da Lei 9998, do Ministério das Comunicações, de 17.08.2000 previa

“a instalação de 250 mil computadores com acesso à internet em 12.500 escolas públicas de ensino médio do país, beneficiando 6,6 milhões de estudantes. Este programa será mantido com investimento inicial da ordem de R\$ 500 milhões provenientes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)”⁸.

Apesar de elencar os objetivos magnânimos previstos pelo Fundo, esquece-se Barbosa de informar que dos cerca de 4 bilhões de reais já arrecadados (1% das receitas brutas das operadoras de telecomunicações, desde 2000), nem um único

⁷ Como, aliás, fica demonstrado no momento em que o autor apresenta o gráfico que revela o percentual de brasileiros com mais de 20 SM ou quando foca o continente africano.

⁸ Conforme informação no site do governo do ES em www.proinfo.es.gov/fust/fust.html, acessado em 26.11.2005.

centavo⁹ foi aplicado na solução dos problemas de acesso ao telefone (e à internet) nas próximas muito menos nas longínquas e pobres regiões do amplo território brasileiro. Quer dizer, é uma decisão meramente “econômica” praticada na esfera do governo federal (Ministério da Fazenda), que retém os valores para compor o superávit primário ou reduzir a dívida interna, atendendo às pressões do mundo globalizado (o “sistema”). Quer dizer, a missão original que justificou a criação de tal instrumento de arrecadação para o incremento do acesso popular ao conhecimento vem sendo descaradamente desrespeitada desde a sua criação.

O autor passa pela questão da acessibilidade, mostrando novamente como outras nações (aliás, sempre do chamado “primeiro” mundo) e desemboca na “instalação de telefones públicos”. Depois de relacionar os programas adotados naquelas nações com capitalismo avançado¹⁰, indica que “o Brasil observou um grande avanço na universalização das telecomunicações”, reconhecendo que o governo promove amplas ações na direção do governo eletrônico¹¹. Todavia, e pela própria indisposição do governo em usar os expressivos recursos do FUST (o mesmo aconteceu no passado, quando outros governos nada aplicaram do FNT-Fundo Nacional de Telecomunicações), não esclarece quais são as formas dessas “telecomunicações” (telefone para as massas ou para as organizações?; satélites para o acesso universal ou para as empresas de comunicação? etc), e de onde vieram os recursos para os altos avanços indicados. Isto, num cenário de mudanças radicais nas práticas tecnológicas, onde o telefone fixo “clássico” vem tendo morte decretada com a chegada do VoIP (Voice over Internet Protocol).

Na questão dos esforços pela inclusão digital e software livre, Barbosa apresenta as distintas iniciativas do governo federal que, de fato, merecem ser destacadas pela sua importância e por revelarem o esforço do governo nesta direção. Descreve as elogiáveis e saudáveis ações previstas dentro do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, no que parece ter sido o SCD-Serviço de Comunicações Digitais, que visava levar internet de banda larga para escolas¹², hospitais e instituições públicas. Todavia, tanto um quanto outro ainda não são realidade, pois nem mesmo a tecnologia a ser adotada foi definida pelo governo federal (se CDMA/450 MHz, via satélite ou pela rede elétrica). Isto apesar de as empresas argumentarem que poderiam implementar o SCD mesmo sem os recursos do FUST, com a

⁹ Ao tratar dos TUPs, o autor reconhece que “apesar dos recursos do Fundo de Universalização ainda não terem sido aplicados..”

¹⁰ Algumas nações avançadas estão mesmo desativando os telefones públicos pela sua não utilização, pelo fato de o número de celulares já ser superior ao número de cabines.

¹¹ Recentemente o Banco Mundial revelou que o “abismo digital” vem diminuindo no mundo (Folha de S.Paulo, Dinheiro, 25.02.2005, p. B-14

¹² O autor aborda este tópico ao tratar do ProInfo, no item 3 de Outros Projetos de Inclusão Digital.

“comercialização de serviços de acesso à internet para as residências e o comércio próximos às escolas e instituições públicas beneficiadas por esta estratégia”.¹³ De novo, mais uma questão da alçada do governo federal que, perto do final de 2005 (3º. ano da gestão), pode estar perdendo uma excelente oportunidade de avançar na questão. Nesta direção, é importante destacar pesquisa da ITU-International Telecommunications Union (agência da ONU) que indicou o Brasil como o 65º. país em inclusão digital e onde somente 8,2% da população tem acesso à “infra-estrutura, preço, alfabetização, qualidade e número de usuários”.¹⁴

Outras iniciativas governamentais de inclusão digital são apresentadas, como a proposta das Casas Brasil (espaços interativos comunitários) e o Programa Computador para Todos (incentivo para a aquisição de computadores por integrantes das camadas pobres). Por último, Barbosa apresenta o delicado tema da premente definição por um sistema de TV digital para o país, assunto não menos nebuloso que, como os demais, mostra as dificuldades enfrentadas pelo governo federal na implementação de macroprocessos para a área.

Isto, num cenário onde uma verdade parece ser cristalina: todas as formas de inserção social, integração industrial e comercial e implemento dos processos de produção passam pelo controle do conhecimento e pelo domínio do aparato tecnológico digital. Cenário com o qual Barbosa concorda, traz à tona a Sociedade da Informação. É justificável dizer que a Sociedade da Informação representa um passo à frente na evolução do homem, partindo das suas bases primeiras na agricultura (plantio e estocagem), depois a manufatura, passando pela industrialização que, num momento foi basicamente implantada como “suja” (acieira, sobretudo), desembocando em modelo “limpo” (tendo a indústria do entretenimento, aeroespacial e informática como exemplos maiores). Nesse sentido, aqueles que não acompanham e praticam a atualização tecnológica correm sério risco de integrar alguma forma de “exclusão digital” (seria mais apropriado dizer “exclusão do conhecimento”), pois a “especialização contínua” (*life-long learning*) representa o diferencial que manterá -ou eliminará- seres e empresas da economia. Quer dizer, somente profissionais e empresas com “sabedoria tecnológica” sobreviverão e usufruirão a economia globalizada contemporânea.

Neste território de acirradas especializações e dinamização das competências, as interfaces são fortemente estimuladas, requerendo intercâmbios antes destemidamente inviabilizados. O que se constata é que as “linhas divisórias” do

¹³ Clarissa Oliveira. A inclusão digital ainda é uma promessa. O Estado de S.Paulo, 03.01.2005, p.B-8

¹⁴ Brasil é o 65º. em inclusão digital. Folha de S.Paulo, Dinheiro, 21.11.2003, p. B-2

passado (*borderlines*) não mais se aplicam, revelando que em todos os processos do mundo moderno (muitos destacam os tempos “pós-modernos”) os limites, até aqui confortavelmente estanques, tornaram-se tênues entre as habilitações no mundo altamente tecnologizado do presente. Neste cenário de competências “moverdiças, sobrepostas e eliminadoras”, este tema justifica um espaço distinto, pois há bom tempo pesquisadores que integram este segmento vêm estudando e tentando entender -e explicar- os processos que tornam as mídias digitais tão importantes e sedutoras, mas também assimiláveis e mobilizadoras de corações e mentes humanas.

FIM